

Pesquisas científicas avançam nos parques estaduais e fortalecem a conservação da biodiversidade em Minas Gerais

Sex 20 fevereiro

As Unidades de Conservação estaduais vêm se consolidando como espaços estratégicos para a produção científica e o avanço do conhecimento sobre a biodiversidade em Minas Gerais. Nos últimos dois anos, quase 170 novas pesquisas foram autorizadas em parques e reservas, contribuindo diretamente para a gestão ambiental e a preservação dos ecossistemas.

Entre 2024 e 2025, o número de estudos apresentou crescimento significativo: foram 69 autorizações em 2024 e 97 em 2025. Atualmente, há cerca de 335 pesquisas em andamento, considerando novas autorizações e renovações anuais, já que cada permissão tem validade de um ano.

Os estudos abrangem áreas como botânica, ecologia, zoologia e geociências, incluindo espeleologia, geoarqueologia e geologia. Entre os grupos mais pesquisados estão plantas, insetos, anfíbios, aves e mamíferos de médio e grande porte, evidenciando a diversidade biológica investigada nas áreas protegidas.

Para a diretora de Unidades de Conservação do [Instituto Estadual de Florestas \(IEF\)](#), Letícia Horta Vilas Boas, os parques funcionam como laboratórios naturais. "Os dados gerados pelas pesquisas subsidiam políticas públicas e contribuem para uma gestão mais qualificada da conservação da biodiversidade", disse.

O pesquisador Marcos Magalhães, do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSuldeMinas), ressalta que as Unidades de Conservação são fundamentais para identificar espécies, avaliar riscos de extinção e orientar ações de proteção. "A pesquisa científica fortalece a organização e a tomada de decisões na gestão ambiental", destaca.

Pesquisa aplicada à conservação

Além de ampliar o conhecimento científico, os estudos têm impacto direto na conservação da fauna e flora. Entre os resultados recentes estão a identificação de duas novas espécies de pequenos sapos do gênero *Crossodactylodes*: uma no Parque Estadual do Pico do Itambé e outra no Parque Estadual da Serra Negra. Esses anfíbios, menores que uma unha, vivem exclusivamente em bromélias, o que os torna raros e vulneráveis.

Mais recentemente, uma nova espécie de libélula foi descoberta no Parque Estadual do Pico do Itambé. O inseto é associado a ambientes de água limpa e bem preservados, como riachos e cachoeiras, reforçando a importância da conservação desses ecossistemas.

Pesquisas de longo prazo também geram resultados relevantes. No Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o monitoramento do muriqui-do-norte subsidia estratégias de conservação da espécie. Já no Parque Estadual do Rio Doce, estudos sobre onças-pintadas e onças-pardas ajudam a compreender padrões de deslocamento e ameaças enfrentadas por esses felinos.

A pesquisadora Mellis Layra Soares Rippel, do Programa de Pós-Graduação em Entomologia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), destaca que as Unidades de Conservação oferecem condições únicas para estudos em ambientes preservados, permitindo compreender processos ecológicos e a dinâmica das espécies.